

**DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES**

POR UMA RELEITURA DO CONCEITO DE ORÇAMENTO AUTORIZATIVO NO BRASIL (Thaís Boia Marçal) **263**

ASPECTOS JURÍDICOS DO CRÉDITO DE CARBONO E SUA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO (Roberto Elias Rodrigues e Beatriz Gomes da Silva) **273**

DELAÇÃO PREMIADA NÃO SERVE PARA FINS DE ADMISSIBILIDADE DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Mauro Roberto Gomes de Mattos) **287**

A RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO ANTE A CONVENÇÃO Nº 94 DA OIT (Igor de Oliveira Zwicker) **295**

**JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

SERVIDOR PÚBLICO – Suposto auxílio à liberação de documentos aos interessados na aquisição de cadastros de terras públicas, em razão de sua influência, mesmo estando afastado de suas funções originárias – PAD – Alegado cerceamento de defesa – Improcedência – Absolvição no âmbito penal por falta de provas – Aplicação, na esfera administrativa, da pena de demissão – Não cabimento – Afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade – Reintegração aos quadros da autarquia que se impõe (STF) **311**

PARTIDO POLÍTICO – Prazo mínimo de um ano de registro para participação nas eleições – Art. 4º da Lei nº 9.504/1997 – Constitucionalidade – Previsão que encontra ligação estreita com a exigência constitucional da prévia filiação partidária – Elegibilidade – Interregno mínimo também de um ano – Inteligência dos arts. 14, § 3º, inc. V, e 16 da CF/1988, art. 18 da Lei nº 9.096/1995 e art. 9º e parágrafo único da Lei nº 9.504/1997 (STF) **318**

DEFENSORIA PÚBLICA – Ação civil pública – Plano de saúde – Pretensa declaração de abusividade no reajuste contratual em razão da mudança de faixa etária – Illegitimidade ativa para a causa – Consumidores que não podem ser considerados “neces-

sitados” a ponto de serem patrocinados, de forma coletiva, pela instituição – Encaminhamento do feito ao Juízo de 1ª Instância para convocação de eventuais sucessores interessados (STJ) **324**

DOAÇÃO ELEITORAL – Realização de donativo por firma individual – Observância dos limites impostos às pessoas físicas – Limitação a 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição – Hipótese que não cuida de Eireli – Inteligência do art. 23, § 1º, inc. I, da Lei nº 9.504/1997 (TSE) **339**

MEIO AMBIENTE – Exploração de recursos energéticos em área indígena – Usina Hidrelétrica de Belo Monte – Descumprimento de condicionantes estipuladas em licença prévia – Emissão de licença parcial de instalação e, posteriormente, de licença de instalação – Autorização de supressão de vegetação – Afronta aos princípios da impessoalidade, da moralidade ambiental, da precaução, da prevenção, da proibição do retrocesso ecológico e do desenvolvimento sustentável – Ação civil pública – Abstenção pelo Ibama da emissão de quaisquer outras licenças até o cumprimento pela promovida das condicionantes – Vedação ao repasse de recursos, ou celebração de pactos nesse sentido, pelo BNDES, enquanto não supridas as aludidas omissões (TRF1ªR) **348**

CNH – Cadastro ou renovação do documento – Fotografia – Uso de hábito religioso – Pretensa vedação embasada em resolução do Contran – Não cabimento – Atributo inerente à personalidade – Garantia fundamental insculpida no art. 5º, inc. VI, da CF/1988, que não pode sofrer mitigação por norma regulamentar – Liberdade religiosa assegurada (TRF4ªR) **374**

FÉRIAS – Servidor público – Agentes que operam direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas – Benefício de descanso semestral de 20 dias consecutivos, nos termos do art. 79 da Lei nº 8.112/1990 – Extensão do benefício a todos os servidores da CNEN, indistintamente, sem amparo legal e em contrariedade ao dispositivo legal em epígrafe – Inadmissibilidade – Adoção de medida cautelar *inaudita altera parte* (TCU) **380**

**ÍNDICE 391**